

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM TEMPOS DE FÁBULAS NEOLIBERAIS

Teachers training in times of neoliberal fables

Marcelo Gaudêncio Brito Pureza¹
Genylton Odilon Rêgo da Rocha²

Resumo: este artigo é parte da pesquisa realizada para a produção da dissertação de mestrado sobre Currículo e Formação de Professores de Geografia. O objetivo deste texto é discutir a formação de professores no Brasil a partir da ideologia neoliberal. Em um primeiro momento procuramos discutir o conceito neoliberal para em seguida analisarmos as influências da ideologia neoliberal no campo educacional da atualidade, e assim, compreender e desvelar a formação de professores para produção de capital humano.

Palavras-chave: Formação de Professores; Neoliberalismo; Mercantilização da educação.

Abstract: This article is part of the research made for the Master's thesis on Curriculum and Teacher Training in Geography. This text aims to discuss the teachers training in Brazil from the neoliberal ideology. At first, we sought to discuss the neoliberal concept in order to analyze the current neoliberal ideology influences in the educational field, and thus to understand and unveil the teachers training for the production of human capital.

Keywords: Teachers Training; Neoliberalism; Education Commercialization.

Introdução:

“Vivemos num mundo confuso e confusamente percebido” (SANTOS, 2011, p. 17). A frase de Milton Santos alerta para as contradições que se agigantaram nas últimas décadas, de um lado o extraordinário progresso das ciências e das técnicas; de outro lado, as consequências desse progresso – a velocidade das informações e o aumento das desigualdades econômicas e sociais – por isso confuso e contraditório. Também, confusamente percebido, já que este mundo é nos apresentado como fábula, principalmente pelos meios de comunicação, daí uma percepção enganosa da realidade,

¹ Graduado em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestre em Educação (Currículo e Formação de Professores) pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorando em Geografia Humana (Geografia, Educação e Ensino) pela Universidade de São Paulo (USP). Professor pela Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). E-mail: gaudencio@unifesspa.edu.br

² Graduado em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) e Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Doutorado em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo; Pós-doutorado pelo *Institut National de Recherche Pédagogique* (INRP) da França, desenvolvendo atividades de pesquisa no *Service d'Histoire de l'Éducation*. Professor da Faculdade de Pedagogia pela Universidade Federal do Pará – UFPA e professor nos Programas de Educação (Mestrado e Doutorado) e Enfermagem (Mestrado). E-mail: genylton@ufpa.br

porém, o mundo tal como é, apresenta-se de forma perversa e com extrema malvadez, fundamentalmente aos mais pobres.

Esse mundo perverso não é resultado de um processo natural das sociedades, mas resultante de um “projeto” intencional do mercado que mascara a realidade e apresenta alternativas fabulosas para a resolução dos problemas sociais e/ou econômicos do mundo. Portanto, acreditamos que a ideologia neoliberal tem importante papel na formulação desse “projeto” de um mundo fabuloso.

Dentro deste contexto consideramos a necessidade de entender e identificar as características do neoliberalismo enquanto ideologia³, ainda que para isso tratemos de forma geral. Para situarmos tais características, reportaremos aos princípios fundadores da tendência, de forma breve, para chegarmos ao que nos interessa neste texto, a Formação de Professores na contemporaneidade a partir da lógica neoliberal.

Segundo Sônia Draibe (1993) há pelo menos três fatores que dificultam a identificação das proposições neoliberais em matéria de política social. O primeiro refere-se à questão teórica, afirmando que o neoliberalismo não constitui efetivamente um corpo teórico próprio, original e coerente, é uma ideologia composta por proposições práticas, em que “reinventa” o liberalismo através de um conjunto heterogêneo de conceitos e argumentos, com isso, compõem-se em “ingredientes” diferentes, produzindo muitos e distintos neoliberalismos. O segundo argumento que dificulta sua identificação refere-se a sua grande capacidade de mutação ao longo do tempo, principalmente no que diz respeito às estratégias de redução dos investimentos sociais. Por fim, o terceiro argumento, refere-se às proposições atribuídas ao neoliberalismo, em que muitas delas não são monopólios dessa ideologia, tendo a capacidade de escamotear conceitos e categorias reconhecidos pela esquerda dando a impressão de “moderno”, mas que no fundo tem uma proposição conservadora.

Portanto, definir neoliberalismo torna-se uma tarefa extremamente complexa e pérvida, pois “[...] não sabemos ainda precisar com exatidão o que é *neoliberalismo*, que acabou se tornando uma categoria muito difusa. Se por um lado é claro que conhecemos os seus efeitos, em termos analíticos ele se transformou num conceito muito

³ Segundo Gramsci (*apud* FRIGOTTO, 2010) existem duas formas de ideologia, a primeira são as *não-orgânicas ou arbitrarias* consideradas como as que buscam ocultar, falsear, mistificar e conciliar interesses historicamente antagônicos entre as classes com objetivo de garantir o domínio da classe dominante, através do consentimento das classes subalternas. A outra é a ideologia *orgânica ou historicamente necessária* aquela constituída pelos valores, concepções e visão de mundo, modos de pensar e sentir das classes subalternas a partir das quais se movimentam, adquirem consciência de sua posição e lutam por determinados objetivos.

escorregadio” (GENTILI *et al*, 1995, p. 142). Ainda que concordemos com as dificuldades apresentadas, é possível traçar um perfil e um entendimento do neoliberalismo.

Para Perry Anderson (1995a) o neoliberalismo tem ano e local de nascimento⁴, em 1944 e se consolidando logo depois da Segunda Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte, em que reagia teórica e politicamente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Os fundadores e defensores⁵ do neoliberalismo argumentavam que o Estado igualitarista e de bem-estar do pós-guerra, “destruiria a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos” (*idem*, p. 10).

Apesar do neoliberalismo combater o Estado do bem-estar existente na Europa e na América do Norte do pós-guerra, contraditoriamente, terá o Estado como um grande aliado, pois seria fundamental manter um Estado forte, mas, na sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro (moderado nos gastos sociais e nas intervenções econômicas), investindo menos no social sobraria mais para investir na infra-estrutura necessária ao capital privado.

Outro princípio do Estado neoliberal seria estabelecer uma estabilidade monetária através da disciplina orçamentária, para tal, conter os gastos com o bem-estar e restauração da taxa “natural” de desemprego (estratégia para criar um exército de reserva de trabalhador para “quebrar” os sindicatos).

Como o fascismo e o nazismo mascaram sua crueldade em um semblante de herói/salvador da pátria, a liberdade e a democracia são somente para o capital, não são sugeridos ao social, inclusive seus fundadores não escondiam sua admiração pelo totalitarismo, como por exemplo, a economia chilena dos anos de 1970 que cresceu a um ritmo bastante rápido sob o regime totalitário de Pinochet.

Com relação à democracia e liberdade, esses dois conceitos não eram (são) valores centrais do neoliberalismo, perversamente, considerados como empecilho para o desenvolvimento econômico e para a livre concorrência, no entanto, esses dois

⁴ O texto de origem do neoliberalismo foi *O caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, em 1944, quando de forma drástica comparava o nazismo alemão à social-democracia moderna inglesa (comparando a uma servidão moderna) defendida pelo Partido Trabalhista inglês que, provavelmente em 1945 ganharia as eleições naquele país (ANDERSON, 1995a).

⁵ Além de Friedrich Hayek, Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros (ANDERSON, 1995a).

conceitos – democracia e liberdade – vão ser incorporados no seu discurso de forma falaciosa (ARCE, 2001).

Curiosamente, o Chile de Pinochet foi o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal, sendo o primeiro país no mundo a vivenciar uma experiência neoliberal sistemática, tendo como princípio fundamental a falta de democracia e liberdade social, praticando programas de desmonte do setor público, como: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, concentração da riqueza, privatização dos bens públicos. Tudo isso ocorreu no Chile de Pinochet mais ou menos uma década antes de Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos (ANDERSON, 1995a). Por isso a experiência chilena serviu de exemplo concreto do “remédio” neoliberal contra o Estado igualitarista e do bem-estar.

Os resultados de uma prática neoliberal são letais, primeiramente, enquanto recupera a economia, piora o social; em segundo lugar, provoca a perda da esperança e da luta pela distribuição igualitária das riquezas.

Francisco de Oliveira (1995) afirma que o trabalhador no Brasil, de forma geral, não luta mais pelo reajuste inflacionário dos seus salários, e sim, pela manutenção dos salários, acreditando ser o reajuste salarial o grande causador da inflação; ou quando é pior, luta pela manutenção do trabalho e não mais pela qualidade do trabalho. Como estratégia de desmobilização da classe trabalhadora no Brasil, grandes empresas tem procurado, entre outros motivos, locais onde não haja sindicatos evidenciando toda a arrogância do grande capital, sem a preocupação de mostrar seus verdadeiros interesses personalistas.

Como pode ser percebido, o plano do neoliberalismo vai desde o máximo reducionismo dos investimentos do Estado no quadro social; passando por desmonte do setor público de serviços e indústria; redistribuição da riqueza para os ricos; instauração de uma liberdade e democracia do capital em detrimento de uma liberdade e democracia realmente social; conseqüentemente, o desmantelamento das estruturas organizacionais dos trabalhadores, pulverizando as organizações de luta de ordem macro.

A ideologia neoliberal enquanto falseamento da democracia e liberdade social sustenta em seu discurso a fragmentação e atomização do mercado à perspectiva centrada na diferença, alteridade, subjetividade, particularidade e localismo, tornando a luta de todos por justiça e igualdade como lutas categorizadas, transformando o

interesse coletivo em interesses singularizados, a luta não é mais da classe trabalhadora, fragmenta-se, passa a ser dos negros, dos índios, das mulheres, dos homossexuais, das pessoas com deficiência, entre outros. Aqui, não estamos desconsiderando as particularidades de cada uma dessas categorias, mas, afirmando que a luta da classe trabalhadora envolve todos trabalhadores, independe se é mulher ou homem, negro ou branco, índio ou não índio, homo ou hétero, com ou sem deficiência, etc.

Esse fracionamento da perspectiva da luta pelos direitos a igualdade tem como objetivo servir de suporte à reorganização da economia, da política e da cultura para o favorecimento do capital, mais diretamente, para o acúmulo de capital, precisando converter a sociedade à ideologia neoliberal, transvertendo a realidade, ou como Gramsci (*apud* FRIGOTTO, 2010) chama de *ideologia não-orgânica ou arbitrária*, garantindo o domínio da classe dominante através do falseamento da realidade.

A partir da identificação dos princípios norteadores do neoliberalismo, torna-se interessante fazer um comparativo entre liberalismo clássico e neoliberalismo. Segundo Michael Apple (2003) há existência de diferenças cruciais entre os dois e identificar essas diferenças são essenciais para o entendimento das políticas de educação e das transformações que a educação está sofrendo agora, no caso deste artigo, entender o papel da formação de professores como estratégia neoliberal. Apesar das diferenças existentes, segundo o autor, a característica central que define o neoliberalismo continua baseada nos princípios centrais que definem o liberalismo clássico, porém, é importante pontuar o que os diferencia, já que temos a intenção de entender a mercantilização da educação no contexto atual e, conseqüentemente, o neoliberalismo que se faz na atualidade.

<i>Liberalismo Clássico</i>	<i>Neoliberalismo</i>
Apresenta conceito negativo do poder do Estado.	Apresenta conceito positivo do papel do Estado na criação do mercado adequado através do fornecimento de condições, leis e instituições necessárias para sua operação.
O indivíduo era considerado um objeto que possui natureza humana autônoma e exerce sua liberdade, por isso precisa ser libertado das intervenções do Estado.	O Estado procura criar um indivíduo que seja empreendedor e competitivo dentro de um trabalho coletivo, não como fortalecimento de classe trabalhadora, mas para o fortalecimento da empresa.

<p>O objetivo teórico era limitar e minimizar o papel do Estado, baseado-se em postulados que incluíam o egoísmo universal (o indivíduo interessado em si próprio); na mão invisível da teoria que ditava que os interesses do indivíduo eram também os interesses da sociedade como um todo e na máxima política do <i>laissez-faire</i>.</p>	<p>O Estado tomou para si a função de nos manter na linha. O Estado vai se certificar que cada um faça de si um “empreendimento constante” ...em um processo de “governar sem governo”.</p>
<p><i>Homo economicus</i>, que naturalmente pensa em si próprio e é relativamente independente do Estado.</p>	<p>“Homem manipulável”, que é criado pelo Estado e constantemente incentivado a sempre reagir eternamente da maneira esperada.</p>

Fonte: OLSEN *apud* APLE, 2003 (adaptação)

O quadro acima é uma tentativa de mostrar que não há uma linearidade do capital, dando parecer a ideia de que o neoliberalismo dos anos 1970 seja perfeitamente o mesmo da atualidade, ao contrário da tese a cerca do capitalismo desorganizado⁶, acreditamos que na atualidade o capitalismo se organiza de forma extraordinária, com uma capacidade de funcionalidade e rapidez às novas demandas, por isso, desconfiamos da proposta de formação de professores a partir de um “novo” professor preocupado com a formação de seus alunos para o trabalho. Ao contrário, acreditamos na construção de uma Educação que tenha como centro o ser humano e não o capital, assim, pensamos ser crucial a formação de professores capazes de formar seres humanos e não “capital humano”.

A formação de professores como estratégia de mercado:

Temos visto no Brasil, especialmente a partir de 1985, ataques sucessivos aos direitos sociais e conquistas dos trabalhadores deste país. Ataques praticados por governos que defendem a tese de que o Estado gasta mais do que arrecada e o vilão é o funcionalismo público. Segundo especialistas preocupados com as convulsões do mercado, a principal medida a ser tomada é a diminuição de investimentos em serviços públicos sociais, como educação e saúde.

A consequência das medidas de contenção de gastos pelo Estado resulta no processo de regressão social impulsionando o aumento da exclusão social, acumulação

⁶ Tese que afirma o capitalismo está em crise por sua desorganização.

de riquezas pela minoria, uma avalanche de privatizações, mercantilização da ciência e tecnologia, tudo a partir de uma simetria entre ideologia neoliberal e os processos de globalização do capital e do mercado.

Esse desmonte dos serviços sociais públicos tem afetado primeiramente a qualidade desses serviços e, posteriormente, a própria falência do público se institucionalizando como privado. A educação enquanto política social não se distancia desse quadro, esse processo de regressão social no campo educativo, provocado por um “projeto neoliberal”⁷, tem imposto uma regressão explicitada pelo desmonte da educação pública, em outras palavras, pela metamorfose da educação de direito em serviço que se mercantiliza, mais profundamente, de uma hegemonia do pensamento mercantil no projeto pedagógico embasado na vulgarização ideológica da pedagogia das competências e da empregabilidade (FRIGOTTO, 2005).

Os neoliberais de plantão, além de apontarem o Estado do bem-estar como culpado pela regressão, sugerem como solução para crise o direcionamento das escolas, formação dos professores e das crianças para o mercado competitivo. Afirmando que:

Os objetivos em educação são os mesmos que guiam os objetivos econômicos e de bem-estar social. Eles incluem a dramática expansão daquela eloquente ficção, o mercado livre; a redução drástica da responsabilidade do governo em relação às necessidades sociais; o fortalecimento das intensas estruturas competitivas de mobilidade dentro e fora da escola; a diminuição das expectativas das pessoas em relação à segurança econômica; a “disciplina” da cultura e do corpo e a popularização do que é claramente a forma de pensamento social darwinista [...]. (APPLE, 2003, p. 129)

Por essa lógica, a educação deixa de ser olhada como um direito e sim como uma mercadoria e a escola a fábrica de *capital humano*⁸, mascarada com o “chavão” de

⁷ Afirmamos que essas políticas implementadas por governos não se tratam de ações naturais ou despreziosas ideologicamente. Consideramos se tratar de um “projeto” sustentado por “fórmulas” de grandes corporações financeiras e agências internacionais. Portanto, medidas intencionalmente pensadas para organizar as culturas e as sociedades, as economias e as políticas, a partir de uma lógica de mercado.

⁸ Segundo Frigotto (1989) o conceito de capital humano refere-se à economia da educação, em que relaciona os avanços educacionais e o desenvolvimento econômico de um país. Na perspectiva do capital, o processo educativo, escolar ou não, se reduz à produção de um conjunto de habilidades intelectuais, desenvolvimento de atitudes, transmissão de conhecimentos, todos direcionados para capacitação de formação de trabalho e, conseqüentemente, de produção. A educação, então, caracteriza-se como principal capital humano, pois é produtora de capacidade e potencializadora do fator trabalho. Assim, a educação torna-se mercadoria, um investimento como qualquer outro. O conceito de capital humano associasse extensivamente a recursos humanos em que traduz o montante de investimento que uma nação ou os indivíduos fazem para a formação de mão de obra. “Do ponto de vista macroeconômico, o investimento no ‘fator humano’ passa a significar um dos determinantes básicos para aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista microeconômico, constitui-se no fator explicativo das

igualdade de direitos à educação ou *educação para todos*. Como meio de entender a forma em que a política educacional brasileira tem sido organizada a partir dessa lógica, discutiremos a educação no Brasil a partir dos anos 1990 centrada em dois direcionamentos de ações contraditórias: a liberdade e controle.

A liberdade para a educação caracteriza-se pela inserção da escola no mercado competitivo através da aproximação com o empreendedorismo, isso quer dizer que passa a ser vista como empresa, para tal passa a ser exigida e avaliada a partir de resultados quantitativos e seu produto final que é a produção de homens e mulheres empreendedores. No falseamento da democracia neoliberal, a escola precisa formar homens e mulheres flexíveis e autônomos para o mercado competitivo. Flexibilidade quer dizer estar apto a reagir aos estímulos e dinâmicas do mercado globalizado e, autonomia significa competência para iniciativa empreendedora e capacidade de se adaptar às mudanças constantes impulsionadas pela tecnologia e informação.

Outro aspecto dessas ações refere-se ao tempo de formação, que deve ser mínima possível, assim como uma indústria produz quantidade para o mercado em um menor tempo possível, a escola e a instituição de ensino superior precisam formar em um tempo mínimo, em que a qualidade dessa formação reduz-se em competências e habilidades para se adequar ao mercado, obrigando as instituições de ensino a se adaptarem a um modelo de formação aligeirada e de moldes de instrumentos e habilidades que permitam ao indivíduo – tratado como consumidor – ser empreendedor, competitivo à sociedade global e integrado a informação, já que esses elementos tornam-se a chave de acesso à globalização.

Nesse aspecto, surge o controle da educação, norteador a função do Estado como mantenedor financeiro do atendimento escolar e direcionador dos conhecimentos, diga-se de passagem, assume minimamente os financiamentos no serviço público e ao máximo a definição dos conhecimentos que devem circular entre os indivíduos. Enquanto mantenedor financeiro do atendimento escolar precisa ampliar o acesso à escolarização e não questionar a escolha do aluno/consumidor à mercadoria educação e onde necessita ter o maior número de empresas atuando para coexistir a competitividade. Ampliação do número de empresas educacionais não quer dizer ampliação de instituições públicas. No caso do ensino superior, quando não há vagas

suficientes no serviço público, o Estado deve financiar o acesso às IES privadas, como é o caso do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Quanto definidor dos conhecimentos, através do discurso transvertido de democracia, vai estabelecer através de parâmetros e diretrizes curriculares o perfil de profissional e os conhecimentos que esse profissional deve acumular. Como forma de controle, esse cidadão/consumidor será cobrado através dos processos avaliativos, assim como suas instituições de ensino passarão pelo crivo centralizador do Estado, como afirma Frigotto:

O ideário pedagógico dos parâmetros e diretrizes curriculares, disfarçados numa linguagem moderna e, mais descaradamente, os processos de avaliação, centra-se numa concepção produtivista e empresarial das competências e da competitividade (FRIGOTTO, 1998, RODRIGUES, 1998, RAMOS, 2001), cujo papel é o de desenvolver habilidades de conhecimento, de valores e atitudes e de gestão da qualidade, definidas no mercado de trabalho e cujo objetivo é o de formar em cada indivíduo um banco ou reserva de competências que lhe assegure empregabilidade. (FRIGOTTO, 2005, p. 21-22)

Esse Estado centralizador desempenha políticas de controle na educação do país através de sistemas nacionais de avaliação, assim como promove reformas educacionais através dos parâmetros de um Currículo Nacional e estabelece estratégias de formação de professores na competência empreendedora. E é nesse ponto que a formação de professores apresenta-se como estratégia neoliberal.

Como a educação é concebida enquanto formadora de capital humano, o neoliberalismo passa a ter interesse por sua viabilidade na formação de cidadãos/consumidores empreendedores, e isso dependerá de seus formadores, os professores. Então, a formação de professores, especialmente a inicial, passa a ser de interesse estratégico para o projeto neoliberal, pois, o ensino básico e técnico serão responsáveis pela preparação desse “novo” trabalhador.

Essa preparação demandará um ajustamento às regras do mercado, sendo necessário que ocorra a impregnação da ideia na sociedade em geral do papel da escola enquanto formadora para o trabalho, cada vez mais fortalecendo o discurso do qual estamos defasados e deveríamos irreversivelmente nos ajustar e incorporar ao ideário

ideológico de um novo tempo, um tempo posterior a modernidade ou pós-modernidade, o tempo da globalização, das relações competitivas, de reestruturação produtiva e de reengenharia. Este ajustamento pressupunha conter e restringir a esfera pública e efetivar-se de acordo com as leis da competitividade do mercado mundial, assim, “tornar o Brasil um país seguro para o mercado internacional”. Figura-se no que Paulo Freire (2000) critica e denomina de malvadez neoliberal e seu cinismo fatalista, pois, condena aquilo que não seja o “novo”, não aceita qualquer discordância demarcado pelo mercado. Nessa perspectiva, de se construir uma nova sociedade alicerçada na pós-modernidade, precisa-se construir uma nova escola, “a ‘nova escola’ que necessitará de uma ‘nova didática’ será cobrada também por um ‘novo professor’ todos alinhados com as necessidades de um ‘novo trabalhador’ ” (ARCE, 2001, p. 259).

[...] tanto na didática como na formação do professor haverá uma ênfase muito grande no “operacional”, nos “resultados” – a didática poderá restringir-se, cada vez mais, ao estudo de métodos específicos para ensinar determinados conteúdos considerados prioritários, e a formação do professor poderá ser **aligeirada** do ponto de vista teórico; os determinantes sociais da educação e o debate ideológico poderão vir a ser considerados secundários – uma “perda de tempo motivada por um excesso de politização da área educacional”. (*idem*)

Essa “nova” escola, “nova” didática e o “novo” professor, vêm sendo desenhados pelas políticas educacionais ditadas para a América Latina por órgãos como o Banco Mundial, Unesco e Unicef. A famosa Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada no ano de 1990, em Jomtien, é um exemplo da aliança entre essas instituições e do caráter delimitador que dão às diretrizes a serem seguidas para a educação, que tem como seu eixo articulador, as “Necessidades Básicas de Aprendizagem” (Neba) que, na Declaração Mundial sobre Educação para Todos, em seus Artigos 1 e 4, definem como:

[...] os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo.
[...]

Abordagens ativas e participativas são particularmente valiosas no que diz respeito a garantir a aprendizagem e possibilitar aos educandos esgotar plenamente suas potencialidades. Daí a necessidade de definir, nos programas educacionais, os níveis desejáveis de aquisição de conhecimentos e implementar sistemas de avaliação de desempenho. (UNESCO, 1990, s/n)

O que se considera como ponto central nas “Necessidades Básicas de Aprendizagem” e o que os professores devem desenvolver no aluno, é a capacidade de “aprender a aprender”, mas não o aprender para o desenvolvimento de autonomia política, crítica e ativa participação cidadã, e sim, o aprender a aprender para ação (condição prática). Isso perpassa pela escolha de conhecimentos que possam ser utilizados diretamente no trabalho; tendo a funcionalidade e o pragmatismo como elementos fundamentais, também, o uso de expressões como “aprender fazendo”, “aprender em serviço” e “aprender praticando” tornam-se essenciais, ficando de fora as abstrações complexas entre aprendizagem e conhecimento (ARCE, 2001).

Segundo Jacques Delors⁹ (1998) a realização das Neba e o desenvolvimento do “aprender a aprender” consistem em uma retomada da educação do passado voltada para a escolarização capaz de enfrentar as novas situações ocorrentes tanto na vida privada quanto na vida profissional, só assim, segundo o autor, se dará respostas aos desafios desencadeados por um mundo globalizado em que as rápidas transformações imporão aos indivíduos condições de aprendizagem permanente e condizente à rapidez dessas transformações.

Percebe-se com isso, a intenção de criar no espaço escolar a materialização das Neba e os professores seus difusores, porém, a realização e utilização das mesmas ficará a cargo do cidadão/consumidor, não necessitando segurar os alunos por muito tempo dentro das instituições de ensino, por isso o aligeiramento e pragmatismo na formação do aluno. Para que esse novo espírito se concretize na formação do indivíduo imbuído a aprender a aprender, a educação deve estar fundada em quatro pilares (DELORS, 1998):

Aprender a conhecer consiste no desenvolvimento de competências que possibilitem ao indivíduo acompanhar as rápidas alterações provocadas pelo avanço científico e as novas formas de atividade econômica e social. Para estabelecer esse desenvolvimento diz-se ser inevitável conciliar uma cultura geral (conjunto de atitudes e

⁹ Foi o idealizador e quem presidiu a comissão de elaboração do *Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI* intitulado “Educação – Um Tesouro a Descobrir”.

habilidades para estabelecer uma educação permanente), suficientemente ampla, com a possibilidade de estudar em profundidade, um número reduzido de assuntos. Em outras palavras, permitir em curto tempo de escolarização, constituir bases para saber buscar as informações para continuar aprendendo ao longo da vida, ou seja, uma aprendizagem continuada de uma profissão.

Aprender a fazer consiste no desenvolvimento de competências que torne o indivíduo apto para enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe, principalmente aquelas imprevisíveis. Essas competências estão relacionadas ao exercício dos indivíduos de se submeter a testes e de se enriquecer com eles, tomando parte em atividades profissionais ou sociais, simultaneamente aos estudos. Assim justifica-se a aproximação às diferentes alternâncias entre escola e trabalho.

Aprender a conviver compreende na aprendizagem e valorização da diferença, do pluralismo, da tolerância e das interdependências. Isso quer dizer desenvolver projetos comuns para gerir conflitos, assim desenvolver atitudes de respeito ao outro (de sua história, tradições e espiritualidade) e valores ao pluralismo, da compreensão mútua e da paz.

Aprender a ser consiste no desenvolvimento da própria personalidade direcionada para a capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal ao trabalho coletivo. Para isso, é fundamental não deixar inexplorado nenhum dos talentos de cada ser humano: a memória, o raciocínio, a imaginação, as capacidades físicas, o sentido estético, a facilidade de comunicar-se com os outros, o carisma natural de cada um.

Nota-se com os quatro pilares apresentados, assim como o relatório “*Educação – Um Tesouro a Descobrir*” em sua íntegra que está recheado de subjetividade, aos olhos mais desatentos, pode até parecer um documento moderno, em que traz conceitos como diferenças, pluralidade, igualdade, democracia, inclusão e exclusão, etc. Mas na verdade, promove a diferença enfatizando as diferenças individuais como saudáveis e necessárias, no entanto, o que se quer é a meritocracia; reduz-se a aprendizagem à informação, já que necessita reduzir os assuntos; valoriza a emergência do saber imediato e utilitário; almeja a autonomia como forma de instrumentalização para ações posteriores, diga-se de passagem, autonomia para o trabalho profissional empreendedor; tem a flexibilidade como princípio básico, capaz de formar o indivíduo adaptável às

condições do mercado. Por isso a associação que se faz a formação de professores a alguns conceitos, como: reflexivo, flexibilidade, autonomia, qualidade, equidade, inclusão. Todos reaparecem justamente quando as mudanças da tecnologia com base na microeletrônica, informatização e robotização dominam a dinâmica da produção.

Aprender a fazer no dia a dia é suficiente para sua formação, para isso, os professores da educação básica precisam ser capazes de reproduzir de forma pragmática e utilitarista, assim nessa lógica formar “novos” trabalhadores para o mercado.

Outro aspecto marcante do “aprender a aprender” refere-se à importância que as Neba dão para a Educação Básica, já que nesse nível expressa menor tempo e potencialidade à formação para o trabalho, pois, depois de concluída essa formação o sujeito estará pronto para sua profissionalização, daí o interesse do Banco Mundial pela Educação Básica para que se invista nessa fase de escolarização.

O professor segundo a lógica neoliberal é um mero reproduzidor de informações gerais ou pragmáticas e utilitárias já que para atuar no mercado não precisa de princípios filosóficos, históricos, espaciais e metodológicos; o professor, nas palavras de Arce (2001) é um balconista da pedagogia *fast food*, que serve informações de forma rápida, limpa, eficiente e com qualidade (na lógica do empreendedorismo). Para efetivação de professores bem adaptados e capazes de formar capital humano, as graduações de formações de professores devem possuir um conjunto de competências para que “a formação dos professores; como meio de adquirir – ao conciliar, no nível mais elevado, saber com *savoir-faire* – qualificações profissionais respaldadas em cursos e conteúdos constantemente adaptados às necessidades da economia” (DELORS, 1998, p. 18).

Essa qualificação a partir das necessidades da economia reflete muito bem as políticas de mercado para a formação de professores, que resulta em professores com capacidade técnico-instrumental, professores que apenas ensinem aos seus alunos as habilidades empreendedoras necessárias para seu desenvolvimento no mercado de trabalho, assim, o ensino passa a ser unicamente necessário, tornando a pesquisa e a extensão secundárias ou inexpressivas.

Não é função deste professor do ano 2000 transmitir, ensinar nada aos alunos, apenas garantir que aprendam para que continuem esse processo de aprender a aprender fora da escola. A função do professor acaba reduzindo-se a de um técnico, um prático capaz de escolher o

melhor caminho para que o processo de ensino aprendizagem ocorra, além de constituir-se como mero participante das decisões escolares e da vida escolar; em nenhum momento ele é chamado a teorizar, apenas a agir e refletir a respeito de sua prática. Este fato é previsível, pois estamos falando da formação do profissional que deverá trabalhar as Neba e, para tanto, ele não necessita teorizar muito, apenas percorrer um caminho que seja mais eficaz e, de preferência, construído no aprender fazendo. (ARCE, 2001, p. 265)

O “novo” perfil de professor que se necessita para a contemporaneidade, na lógica neoliberal é aquele que atua como técnico da sala de aula, um instrutor de práticas, capaz de instruir o aluno a continuar aprendendo fora da escola ou, ensinar o aluno a aprender a aprender habilidades para o mercado.

O resultado dessa formação aligeirada e pragmática é professores reprodutores, como afirma Alessandra Arce:

Manipular manuais e livros e dominar algumas habilidades técnicas, além de ser capaz de refletir sobre a sua ação, são suficientes, pois este profissional, como os demais, também deve ser flexível e, se possível, ater-se a outras ocupações no mercado de trabalho, não reduzindo-se somente a ser professor. Afinal, com o desenvolvimento tecnológico a figura do professor não é tão indispensável, “o sendo apenas para os que não dominam os processos de reflexão e de aprendizagem” (Unesco, 1998, p. 156). Dentro desse contexto, o professor não necessita ser um intelectual com uma base teórica e prática fortemente fundamentada em princípios filosóficos, históricos, metodológicos; os seus atributos pessoais passam a ser valorizados em detrimento da formação profissional. (ARCE, 2001, p. 262)

Proporcionar à formação inicial dos professores um “melhor” conhecimento em relação a sua prática em sala de aula significa apenas instrumentalizar e informar os graduandos e não discutir conteúdos e conhecimentos que levem os futuros professores, ou quando se tratar de formação continuada, que os professores em atividade, possam refletir e realizar reavaliação sobre sua prática.

A importância que a formação de professores passa a ter para o estado neoliberal está, sobretudo, na capacidade de fazer refletir sobre somente sua ação ou ação-reflexão-ação, já que será formado por exercícios de desenvolvimento de habilidades práticas, tendo como alicerce a psicologia do desenvolvimento, em detrimento da filosofia, da história, da antropologia e da sociologia. Assim como esse novo professor deverá ensinar o aluno a “aprender a aprender”, deverá também “aprender a aprender”

durante sua formação, em que a lógica do novo professor que atenda as necessidades para o mundo contemporâneo é a mesma para a educação básica e para a educação superior.

Conclusões:

Por tudo isso, nos faz acreditar que esse novo professor tem sido exaltado com o propósito de atender a necessidade dessa nova (des) organização provocada pela globalização no mercado mundial, que demanda por trabalhadores com flexibilidade de adaptação ao mercado; iniciativa ou autonomia para propor inovações ao mercado competitivo e assim garantir acúmulo de capital; a qualidade se faz regra fundamental, já que o mercado cada vez mais frenético na competitividade necessita de homens e mulheres mais predispostos a resultados quantitativos esperados ou estabelecidos; com a competitividade, a necessidade de inserir o princípio da equidade na educação, só assim, aqueles que ainda não estão escolarizados (na lógica neoliberal) ou adaptados às novas tecnologias e relações de trabalho podem tornar-se aptos para o trabalho; assim como, um grande número de indivíduos estão excluídos do consumo, aí se vê um verdadeiro potencial para o aumento da produtividade, conseqüentemente, aumento dos lucros, para isso, os excluídos precisam ser incluídos no mercado de trabalho, e as escolas, através de seus professores como instrutores, devem ser responsáveis pelas informações necessárias para assumirem os postos de trabalho.

Olhando a profissão professor dessa ótica, como profissional em que instrui apenas para prática, é fatalmente considerar que o professor é dispensável perante todo o processo tecnológico informacional. A educação à distância ganha importância por favorecer quantitativamente para trabalhadores disponíveis ao mercado e ao mesmo tempo perde sua função social, pois deveria tornar acessível – principalmente àqueles que localmente estão distante dos centros de formação de professores – uma formação de professores pesquisadores, com autonomia intelectual crítica, já que, os meios informacionais são suficientes para apresentar informações, restando ao professor somente a função de instruir os alunos ao uso da tecnologia e ao exercício de aprender a aprender, sendo um mediador entre assuntos acadêmicos e tecnologia, que não necessita estar presente paralelamente ao aprendizado do aluno.

Pensamos ser possível e urgente, lançar proposições que invistam contra toda essa malvadez neoliberal sobre a educação e na sociedade de forma geral, que visa unicamente capital humano, que é sim um modelo sofisticado ou pós-moderno de explorar a classe trabalhadora, indiscriminadamente todos, sejam eles pessoas deficientes ou não, negros ou brancos ou amarelos, mulheres ou homens, homossexuais ou hétero, católicos ou protestantes ou outras manifestações de religiosidade, indígenas, quilombolas, migrantes ou nascidos no lugar.

Vemos assim que a privatização do pensar e o controle do pensamento pelo estado neoliberal são desastrosos para a educação, particularmente para autonomia crítica dos professores. Também, pensar uma educação e a demanda por um novo perfil para o professor são extremamente perigosos se não pensados realmente para a formação humana.

Pensar a formação humana é exatamente pensar uma educação que realmente não exclua, que possua professores que nas suas práticas não excluam, necessários para o combate a essa contemporaneidade marcada pela exclusão, atentos e dispostos a atender as necessidades educacionais de todos os alunos e alunas, uma educação que prime pela igualdade e em respeito à diversidade.

Referências:

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995a.

_____. Além do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995b.

APPLE, M. W. Comparando projetos neoliberais e desigualdade em educação. In: GONÇALVES, L. A. O. (Org.). Currículo e políticas públicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ARCE, A. Compre o kit neoliberal para a educação infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo. Revista Educação & Sociedade, ano XXII, nº 74, Abril/2001, p. 251-283.

DELORS, J. (*et al.*). Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. Paris: UNESCO, 1998.

Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>. Acesso em 20/12/2011.

DRAIBE, S. As políticas sociais e o neoliberalismo: Reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. Revista da USP, São Paulo: USP, nº 11, mar./abr./maio 1993, p. 86-101.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 14ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Contez, 1989.

_____. Mudanças societárias e as questões educacionais da atualidade no Brasil. CIÊNCIA & OPINIÃO Curitiba, v. 2, n. 1/2, jan./dez. 2005. Disponível em http://cienciaeopinio.up.edu.br/arquivos/cienciaeopinio/File/volume3/CienciaOpinio3_art1.pdf. Acesso em 03/06/2011.

GENTILI, P. (*et al*). A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

GENTILI, P. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In.: GENTILI, P. (Org.). Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. 17ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Col. Estudos culturais em educação)

LOMBARDI, J. C. Educação, ensino e formação profissional em Marx e Engels. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Org.). Marxismo e educação: debates contemporâneos. Campinas/SP: Autores Associados/HISTEDBR, 2008.

OLIVEIRA, F. de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 10ª reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 20ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2011.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em 20/12/2010.